

Segmento Teatro: Processo nº 150.000.159/05, interessado: Maicyra Teles Leão e Silva RS 10.000,00; processo nº150.000.162/05, interessado: Magno Geraldo Ribeiro de Assis, RS 15.000,00; processo nº150.000.227/05, interessado: Joana Vieira Viana, RS 9.000,00; processo nº150.000.520/05, interessado: Cleber Lopes Ferreira, RS 15.000,00; processo nº150.000.548/05, interessado: James Fensterseifer, RS 15.000,00; processo nº150.000.546/05, interessado: João Timotheo Maciel Porto, RS 15.000,00; processo nº150.000.556/05, interessado: Romulo Augusto Ferreira de Araujo, RS 10.000,00; processo nº150.000.570/05, interessado: Clarestina Maria de Jesus, RS 10.000,00; processo nº150.000.697/05, interessado: Airton Masciano da Silva, RS 30.000,00; processo nº150.000.932/05, interessado: Humberto Cabral Pedrancini, RS 20.000,00; processo nº150.000.940/05, interessado: Adriana Ferreira Coelho Lodi, RS 10.000,00; processo nº150.000.672/05, interessado: Cia de Teatro Nú Trágico, RS 10.000,00; processo nº150.000.703/05, interessado: Arteviva Produções Artísticas, RS 20.000,00; processo nº150.000.661/05, interessado: Joana Lopes e Silva, RS 10.000,00; processo nº150.000.660/05, interessado: Francisco Simões de Oliveira Neto, RS 12.000,00; processo nº150.000.651/05, interessado: Guilherme Angelim de Araújo Lopes, RS 10.000,00; processo nº150.000.739/05, interessado: Márcio Nascimento Menezes, RS 15.000,00; processo nº150.000.715/05, interessado: Paula Braga Zacharias, RS 10.000,00; processo nº150.000.700/05, interessado: Hendel Bezerra Miranda, RS 7.000,00; processo nº150.000.684/05, interessado: Marco Augusto de Rezende, RS 10.000,00; processo nº150.001.149/05, interessado: José Vicente Rezende Cardoso, RS 20.000,00; processo nº150.000.911/05, interessado: Associação Ruarte de Cultura, RS 20.000,00; processo nº150.000.760/05, interessado: Pedro Castro Martins, RS 10.000,00; processo nº150.000.762/05, interessado: Ronaldo Alves de Souza, RS 10.000,00; processo nº150.000.862/05, interessado: Denivaldo Camargo de Oliveira, RS 10.000,00; processo nº150.000.868/05, interessado: Sérgio Paulo Oliveira Vianna, 7.000,00; processo nº150.000.953/05, interessado: Marco Aurélio Feresin Junior, RS 20.000,00; processo nº150.001.015/05, interessado: Murilo de Vasconcelos Grossi, RS 20.000,00; processo nº150.000.820/05, interessado: Ankomário Saúde Rodrigues, RS 15.000,00; processo nº150.001.181/05, interessado: Rodrigo Desider Fischer, RS 10.000,00; processo nº150.001.146/05, interessado: Antonia Artemi Silva Lira, RS 20.000,00; processo nº150.001.192/05, interessado: Luciano Cabral Piantino, RS 15.000,00; processo nº150.001.220/05, interessado: Wandilene Macedo, RS 15.000,00; processo nº150.000.981/05, interessado: João Rafael Teixeira Barbosa, RS 10.000,00; processo nº150.000.807/05, interessado: Rosina Chaves, RS 15.000,00; processo nº150.001.199/05, interessado: Centro Alquimia de Produção Comercialização e Educação Ltda., RS 20.000,00; processo nº150.001.004/05, interessado: Tática Comunicação e Produções Ltda., RS 30.000,00; processo nº150.001.078/05, interessado: Marisa Barbosa de Oliveira Gomes Santos, RS 15.000,00; processo nº150.001.008/05, interessado: Fundação Athos Bulcão, RS 12.000,00; processo nº150.001.039/05, interessado: Maria Lucinaide Pinheiro Nogueira, RS 10.000,00; processo nº150.001.085/05, interessado: NAC - Núcleo de Arte e Cultura, RS 25.000,00; processo nº150.001.084/05, interessado: Miriam Henriques de Menezes Bastos, RS 13.000,00; processo nº150.001.193/05, interessado: Paty Guimarães de Hollanda, RS 10.000,00; processo nº150.001.042/05, interessado: Edléia Cardoso Amaral, RS 10.000,00; processo nº150.001.119/05, interessado: Associação Candanga de Teatro de Bonecos, RS 25.000,00; processo nº150.000.841/05, interessado: Catarina Veronica de Melo Accioly, RS 10.000,00; processo nº150.000.850/05, interessado: Associação Artística Mapatí RS 15.000,00; processo nº150.001.168/05, interessado: Paulo Augusto Viscardi Pellegrini, RS 15.000,00; processo nº150.000.634/05, interessado: Henrique Barros Mendonça Cabral, RS 5.000,00; processo nº150.000.971/05, interessado: Luis Guilherme Almeida Reis, RS 23.000,00; processo nº150.000.824/05, interessado: Luiza Fernandes Batista, RS 8.000,00; processo nº150.001.027/05, interessado: Rosineide Nazaré Ferreira de Amorim, RS 10.000,00; processo nº150.000.985/05, interessado: Madelon Nascimento Cabral, RS 10.000,00; processo nº150.000.718/05, interessado: Alecir Produções Artísticas, RS 20.000,00; processo nº150.000.896/05, interessado: Debora Cabral Lima, RS 7.000,00; processo nº150.000.895/05, interessado: Claudia Moreira de Souza, RS 7.000,00; processo nº150.000.986/05, interessado: Similião Aurelio Amorim Silva, RS 10.000,00; processo nº150.000.574/05, interessado: Andre de Borba Amaro, RS 10.000,00; processo nº150.000.945/05, interessado: Ruth Guimarães de Moura Brito, RS 10.000,00; processo nº150.001.146/05, interessado: Antonio Lisboa Carvalho, RS 10.000,00; processo nº150.000.639/05, interessado: Jamile Tormann Derze, RS 10.000,00. 2 - Os Projetos, cujos valores estabelecidos pelo CAFAC tenham sido parciais, deverão apresentar novo Plano de Aplicação dos Recursos - Campo 8 e 9 do Formulário de Apresentação de Projeto, adequando os custos, e de acordo com a Resolução nº 06 do Conselho de Cultura do DF, poderão reformular a contrapartida oferecida. 3- Tratando-se de apoio financeiro previsto como objetivo da Secretaria de Estado de Cultura através do FAC, estando caracterizada a inviabilidade jurídica de competição, dar-se-á a inexigibilidade de licitação com fulcro no "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO
Presidente

DECISÃO: 1205 / 2005

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DA ARTE E DA CULTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas

atribuições regimentais e, de acordo com o artigo 2º, Capítulo I, Título I, Anexo II, do Decreto 23.213/2002, realizada a análise dos Projetos das áreas de Música, Teatro, Literatura, Dança e Cinema, que foram aprovados pela Comissão Especial e homologados pelo Conselho Pleno, conforme publicado no DODF nº 110, de 14 de junho de 2005, e considerando o montante de recursos disponíveis no FAC, resolve: 1-ESTABELECEER valores para os Projetos das mencionadas áreas, da seguinte forma:

Segmento Música: Processo nº150.000.819/05, interessado: João Marinho de Mesquita Junior, RS 10.000,00; processo nº150.001.160/05, interessado: Daniel de Mauro Miranda, RS 10.000,00; processo nº150.001.230/05, interessado: Francisco Alves Ferreira Filho, RS 35.000,00; processo nº150.001.139/05, interessado: Sebastião Gonçalves Feitosa, RS 7.000,00; processo nº150.000.608/05, interessado: Marcos Antônio Assunção do Vale, RS 10.000,00; processo nº150.001.153/05, interessado: José Eugênio de Matos Feitosa, RS 10.000,00; processo nº150.001.061/05, interessado: Cateretê, RS 15.000,00; processo nº150.001.055/05, interessado: Claudia Sylvania Carlos Andrade, RS 20.000,00; processo nº150.001.092/05, interessado: Jorge Luis da Silva, RS 15.000,00; processo nº150.000.541/05, interessado: Ronan Fernandes Teixeira, projeto: RS 10.000,00; processo nº150.001.070/05, interessado: Marcos Mesquita da Silva, RS 10.000,00; processo nº150.000.855/05, interessado: Pablo Viejo Fagundes, RS 10.000,00; processo nº150.001.029/05, interessado: Gravata Amarelo Promoções e Produções, RS 12.000,00; processo nº150.001.167/05, interessado: Igor Damasceno Gil Cabral, RS 10.000,00.

Segmento Teatro: processo nº150.001.223/05, interessado: Nara Licia de Faria Silva, RS 20.000,00; processo nº150.001.204/05, interessado: Miguel Manoel da Silva, RS 15.000,00; processo nº150.000.786/05, interessado: Ana Luana R. de Almeida, RS 15.000,00; processo nº150.000.604/05, interessado: Luciano Lima de Oliveira, RS 12.000,00.

Segmento Literatura: processo nº150.000.594/05, Luiz Carlos Menezes dos Reis, RS 4.000,00. Segmento Dança: processo nº150.000.619/05, PRF da Silva ME, RS 20.000,00; processo nº150.000.501/2005, interessado: Federação Brasileira do Forró, RS 18.000,00; processo nº150.000.613/2005, interessado: Dionísio Pereira da Silva, RS 8.000,00.

Segmento Cinema: processo nº150.000.864/05, Eduardo Henrique Leon Chauvet, RS 30.000,00. 2- Os Projetos, cujos valores estabelecidos pelo CAFAC tenham sido parciais, deverão apresentar novo Plano de Aplicação dos Recursos - Campo 8 e 9 do Formulário de Apresentação de Projeto, adequando os custos, e de acordo com a Resolução nº 06 do Conselho de Cultura do DF, poderão reformular a contrapartida oferecida. 3- Tratando-se de apoio financeiro previsto como objetivo da Secretaria de Estado de Cultura através do FAC, estando caracterizada a inviabilidade jurídica de competição, dar-se-á a inexigibilidade de licitação com fulcro no "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - CONPLAN, REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 2005.

Às nove horas e trinta minutos, do primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e cinco, no Plenário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-DF, foi aberta pela Secretária de Estado da SEDUH, Dra. Diana Meirelles da Motta, substituindo neste ato, o Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, a 39ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da Pauta a seguir transcrita: 1) Ordem do dia: a) Abertura dos trabalhos e verificação do quorum; b) Posse de Conselheiros; c) Apreciação e assinatura da Ata da 38ª Reunião Ordinária. 2) Abertura dos Trabalhos: a) Processo nº 260.033.524/2003. Interessado: (Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF) SEDUH. Assunto: Plano Diretor Local de Planaltina – DF. Relator: Conselheiro Jorge Guilherme Francisconi; b) Processo nº 260.034.521/2004. Interessado: DIREU/SUDUR/SEDUH. Assunto: Plano Diretor Local do Gama – DF. Relator: Conselheiro Luis Antônio Almeida Reis. 3) Assuntos Gerais; 4) Encerramento. Após a verificação do quorum, a Presidente Substituta Diana cumprimentou a todos e disse ser uma grande alegria poder dar início aos trabalhos dos PDLs que estão começando de uma forma muito saudável, com a participação de grandes especialistas urbanos que moram no Distrito Federal. Falou que espera contar com o apoio de todos os Conselheiros. Em seguida deu posse aos Conselheiros: Roney Tanios Nemer - Secretário de Estado de Infra-Estrutura e Obras; Antônio Raimundo Gomes Filho - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Edmar Gontijo de Lima, Suplente da Secretaria de Estado de Fazenda; Dr. Cassimiro Marques de Oliveira, Suplente da Procurado-

ria Geral do Distrito Federal, Dr. Jarbas Silva Marques, Suplente da Secretaria de Estado de Cultura, Dr. Pedro Maurício Cabral Teixeira, Suplente da Secretaria de Estado de Transportes; Dr. José Luiz Vieira Naves, Suplente da Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias - SEPLAN; Prof. Ana Maria Nogales, representante da UnB e o Dr. Newton de Castro, representante da Sociedade Civil. Informou também da presença do Dr. José Eduardo Barreto Ávila, representante da Secretaria das Administrações Regionais - SUCAR, Dr. José Fernandes Silva Nascimento, representante da Secretaria de Fiscalização - SEFAU, Sr. André Luiz Carvalho da Mota e Silva, representando o Secretário Marcus Antônio e Silva, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico- SDE. Seguindo a pauta a Presidente Substituta Diana passou ao item a) Processo n.º 260.033.524/2003. Interessado: (Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF) SEDUH. Assunto: Plano Diretor Local de Planaltina – DF. Relator: Conselheiro Jorge Guilherme Francisoni a quem foi dada a palavra. O Conselheiro Francisoni informou que foi feito um trabalho conjunto com o Conselheiro Luiz Antônio, que foi relator do Processo n.º 260.034.521/2004, referente ao Plano Diretor Local do Gama – DF e que tentaram comparar os dois Processos, resultando em pareceres diferentes mas, na verdade complementares. Disse que ele e o Conselheiro Luiz Antônio tiveram uma reunião conjunta com a Equipe Técnica da DIPRE, que ajudou a esclarecer as dúvidas existentes. O Relator leu seu relatório e no decorrer da leitura, justificou as suas recomendações. Segue a seguir transcrito na íntegra o voto do Relator. “O Relator entende que a proposta do Plano Diretor Local de Planaltina (PDL/Planaltina), que consta no referido Processo, deve ser aprovado pelos Senhores Membros do CONPLAN. Com a recomendação de que as Propostas e Sugestões indicadas no Parecer sejam consideradas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, e só após seja encaminhado ao Senhor Governador Joaquim Roriz o Memorial Justificativo e o Projeto de Lei, que o Poder Executivo enviará para o julgamento superior da Câmara Distrital do Distrito Federal. Arq. Jorge Guilherme Francisoni – Relator.” A Presidente Substituta Diana Meirelles agradeceu ao Conselheiro pela grande contribuição, disse que alguns aspectos que o Conselheiro apontou merecem maior dedicação e aprofundamento da Secretaria, mas a idéia é que isso seja feito em conjunto, Conselheiros e SEDUH, num prazo máximo de 15 dias, a partir da apreciação e da Decisão do Conselho, quando poderá ser encaminhado ao Senhor Governador e à Câmara Legislativa. Destacou alguns pontos que o Conselheiro Francisoni apontou. O 1º ponto, que considerou de extrema importância, é a compatibilização entre Plano Diretor Local e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Disse que existe hoje no GDF algumas questões que têm que ser enfrentadas do ponto de vista de Legislação evidenciando a necessidade de se ter uma Legislação de Zonamento que abranja todo o território e uma Legislação de Parcelamento do Solo que considere a complexidade da situação jurídica das terras do Distrito Federal, pois apenas a metade das terras são públicas, assuntos que estão sendo debatidos no âmbito da revisão do PDOT, e também na elaboração dos Planos Diretores Locais. O segundo ponto mencionado pelo Conselheiro Francisoni e que a Dra. Diana destacou diz respeito aos cartórios, por entender tratar-se de aspecto muito importante na questão fundiária e que por isso o objetivo da Secretaria é ter um Plano Diretor simplificado. Em seguida a Presidente abriu a palavra aos novos Conselheiros. O Conselheiro Newton se desculpou por não ter participado da 1ª Reunião, dizendo-se muito honrado pelo convite da Secretária por estar representando uma parcela da comunidade no CONPLAN. Disse estar de acordo com as observações do Conselheiro Francisoni, e que o parecer mostra a complexidade que é trabalhar nessas questões técnicas. Sugeriu a elaboração de um documento, com uma cartilha, para leitura dos Conselheiros explicando de maneira simples o que é PDOT, e essa cartilha poderia ser um encarte nos jomais da cidade para conhecimento da população. O Conselheiro Cassimiro elogiou a qualidade com que foi feito o trabalho dizendo que uma das coisas mais relevantes mencionadas pelo Relator é a necessidade da conexão entre PDOT e PDL. Discordou quando o Relator sugeriu que não se tratasse do coeficiente de impermeabilização ou da taxa de impermeabilização do solo. A seu ver, essa taxa tem pelo menos dois objetivos muito claros: primeiro, favorecer o saneamento, na questão da captação de águas pluviais e uma série de consequências imediatas e a Segunda, a própria alimentação do lençol freático e pediu a inclusão e a manutenção dessas definições legais, inclusive com a possibilidade de sanção a quem não cumprir com essas determinações, porque isso tem uma importância muito grande sob o ponto de vista ambiental. Outra questão que merece reflexão, segundo o Conselheiro Cassimiro, é o coeficiente de aproveitamento básico e coeficiente de aproveitamento máximo. Ele sugere que fique em aberto, entre 01 e 08, com parâmetros de escolhas bem objetivos, para a decisão do arquiteto, engenheiro ou chefe da divisão de aprovação de projetos. Chamou atenção também para a questão do PDL que tem que tratar de todo o território da região administrativa, da zona urbana, da zona rural, conhecida também como zona de expansão urbana. Disse não ter lido o Projeto na última versão, não conhece as propostas, mas que precisa ficar mais claro na Lei de como tratar expansão urbana sob a ótica da preservação ambiental pois o que se tem verificado é o inverso, primeiro se implanta alguma coisa, depois se ajusta. A Conselheira Vera Amorelli parabenizou os dois relatores pela forma que eles encaminharam os seus pareceres. Disse que, desta forma, os Conselheiros tiveram a oportunidade de, antes da reunião, examinar e verificar tudo que foi levantado, concluindo ser esse encaminhamento prévio muito válido. Sobre os argumentos apresentados, fez algumas observações dizendo que o ideal é que haja realmente um documento que esclareça de forma acessível, a qualquer pessoa, o conteúdo de um PDL. No caso do atual PDOT, foi realizado

um documento técnico publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, documento esse que justificou algumas posições do PDOT em termos urbanísticos ambientais. Elogiou a idéia de transformar o PDL num documento de leitura de fácil compreensão e que realmente esclareça o seu conteúdo. Comentou sobre a possibilidade de construção de dois domicílios por lote, dizendo que há necessidade de definir claramente como fazê-lo. Segundo ela, ou se faz um reparcelamento, ou então seria uma área em condomínio, aquele tipo de condomínio em edificação previsto na Lei 4.591. Assim, na hipótese de dois pavimentos, quando um pavimento é de um proprietário e o outro pavimento de proprietário diferente, a forma jurídica precisa ser definida. A Conselheira disse também se preocupar com a taxa de permeabilidade e que vários PDL's já trataram do assunto. Observou que é preciso se pensar onde essa taxa deve ser tratada, se no próprio PDL ou em um outro tipo de legislação. Quanto ao Coeficiente de Aproveitamento Básico, sugeriu a adoção de um percentual, a ser determinado, que pode ser adotado para toda área do PDL ou para áreas específicas. Em seguida fez alguns esclarecimentos sobre a outorga onerosa do direito de construir e legislação pertinente. O Conselheiro Juvenal parabenizou a Presidente pela condução do CONPLAN, e disse estar impressionado com o nível técnico do Conselho, a notável competência dos relatores, disse não ser especialista na questão urbana mas ficou impressionado com a qualidade do relatório e parabenizou o Relator acompanhando seu voto. O Conselheiro Tony Malheiros disse se preocupar com a proposta dos dois domicílios por lote, porque pode ser uma faca de dois gumes, pois, se hoje com a possibilidade de ter um domicílio só, já se tem dois, três, sendo permitido dois, poderá ocorrer quatro ou cinco. Ficou decidido que nos próximos quinze dias, a partir de 2ª feira, a Secretaria estará aguardando contribuições dos Conselheiros, e será estabelecida uma agenda para que possam acompanhar o processo de ajuste de natureza conceitual e outros que se fizerem necessários. O Conselheiro Cassimiro argumentou que seria preciso decidir se a sugestão de excluir a taxa de impermeabilização sairia do parecer do Relator e chamou a atenção para a questão das Águas Emendadas, sobre a possibilidade de constar a obrigatoriedade legal de desocupação ou definir simplesmente uma limitação, estabelecendo algum parâmetro no Conselho, pois não acha que seja conceitual e sim legal. A Conselheira Maria de Fátima Cô disse preocupar-se com alguns aspectos: primeiro em relação ao Coeficiente 1, pois em Brasília existem lotes de 8 por 15m, destinados à população de baixa renda, que inviabiliza construções que não sejam de dois andares, já que essas famílias em geral são numerosas. Nesse lote de 8 X 15, cuja área totaliza 120m2 não se consegue fazer uma casa com ocupação de 100%, e a tendência prática é fazer um 2º pavimento, devendo ser cobrado uma taxa de uma população que não poderá pagá-la. Pediu mais esclarecimentos para ter certeza que havia entendido a proposta e mencionou sua preocupação na compatibilização do PDL com o PDOT e com as prioridades da Terracap para vendas de imóveis, uma vez que essas taxas teriam influência no preço desses imóveis. Indagou ainda se o fato dos lotes em Brasília serem indivisíveis estava sendo revisto. O Conselheiro Francisoni esclareceu que só se pode cobrar outorga onerosa de direito de construir onde a lei permitir, não é em toda cidade, e sim em áreas específicas. Acrescentou que infringir a lei é uma coisa, cobrar outorga onerosa é outra. A Conselheira Fátima disse que sua preocupação é pensando no pequeno, e sabe que é inviável morar uma família de dez filhos num lote de 8 X 15, então vai ser obrigada a fazer o 2º pavimento, não tenha dúvida. O Conselheiro Luiz Antônio disse que a permeabilidade que está em Lei, tem que ser prevista em todos os PDLs mas que hoje em dia quando se exige 10% de taxa de permeabilidade num lote de 300m2, sabe-se que essa taxa é absolutamente pró-forma, pois o proprietário tão logo obtém a aprovação ele cimenta o quintal e não há fiscalização possível, porque seria necessário que um helicóptero sobrevoasse constantemente a cidade para olhar os quintais. O Conselheiro Luiz Antônio frisou que o que estão propondo não é retirar do processo do PDL a definição das taxas de permeabilidade e sim defini-las de uma forma eficaz e então sua proposta é que a necessária recarga de aquífero seja prevista em área pública e em dispositivos que já estão sendo utilizados no resto do Brasil e em Brasília, tal como dispositivos que coletam a água pluvial do próprio domicílio descarregando em sumidouros. Esclareceu que em relação ao pequeno proprietário, caso do lote de 8 X 15, que é inviável se pensar em taxa de permeabilidade desse lote. Concluiu o debate a Presidente e Conselheira Diana, fez os encaminhamentos para a votação e disse que foram (04) quatro os pontos destacados: 1) Taxa de impermeabilização; 2) tema das Águas Emendadas, no que diz respeito ao tema da Desapropriação; 3) tema do Coeficiente, que foi esse último item agora que foi destacado, e por último 4) o tema dos dois domicílios em um lote. Segundo a Presidente o tema da Permeabilidade, o tema do Coeficiente e o tema dos dois domicílios em um lote foram tratados e as explicações dos Relatores foram satisfatórias. Quanto ao tema das Águas Emendadas esclareceu que esse é um debate que tem sido feito no âmbito da SEDUH, especialmente entre os técnicos e no que respeita à desapropriação isso seria um assunto de bastante complexidade para ter esse ponto atendido no Plano Diretor Local e comprometeu-se a dar uma resposta nos próximos 15 dias e convidou a Conselheira Suplente Elza Kunze Bastos para participar das reuniões que tratarão dos ajustes do projeto de lei do PDL e enfatizou que seria elaborada uma agenda de reuniões para que os Conselheiros acompanhassem os trabalhos e encaminhassem sugestões. A seguir passou a palavra ao Conselheiro Francisoni e pediu-lhe para ler seu VOTO dizendo que a seu ver não conflita com as discussões, e que o Parecer é no sentido de que as recomendações, inclusive essa da impermeabilização, sejam consideradas, isto é, avaliadas a partir desta reunião, e só após ser alterado o Projeto é que seria encaminhado ao Governador Joaquim Roriz com um Memorial

Justificativo e o Projeto de Lei que seria esse o documento para ser enviado. Disse então que o que estava em votação era o VOTO do Relator, que foi aprovado. Colocou também em apreciação Ata da 38ª Reunião Ordinária sendo a mesma aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Devido ao adiantado da hora sugeriu fazer uma Reunião Extraordinária no dia 7 de abril, para terem melhores condições de avaliação do Relatório do Conselheiro Luís Antônio a respeito do Plano Diretor do Gama, o que todos concordaram. Dra. Diana informou também sobre o lançamento da revisão do PDOT, no dia 6 de abril no Palácio do Buriti com a presença do Senhor Governador do Distrito Federal e que na ocasião será lançado um livro sobre “Gestão Estratégica do Território no Distrito Federal” observando ser muito importante se ter esse tema aberto não só à comunidade mas também para especialistas da área. Falou ainda do lançamento de um site da Secretaria para receber sugestões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e na 4ª feira será o lançamento oficial da discussão com a sociedade do PDOT. Destacou que participarão dessa discussão todos os agentes de desenvolvimento urbano, o setor produtivo, o setor imobiliário, as universidades, as associações, todos os cidadãos que tiverem interesse, informando que esse processo já começou a ser feito nas Administrações Regionais e que já tiveram uma reunião com todos os administradores para apresentar a proposta e vão ter o auxílio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM que tem experiência em outros planos diretores no Brasil e se associou ao GDF. Disse que a idéia é que esse projeto de lei seja encaminhado à Câmara Legislativa em julho, o processo vai ser bastante dinâmico e será feita audiências públicas locais, audiências públicas regionais e audiências públicas gerais, se comprometer para a próxima reunião trazer agenda e as discussões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. A Dra. Lídia Botelho, Diretora de Preservação, falou sobre o Plano Diretor da Área Tombada. Disse que estão trabalhando no diagnóstico da área de preservação, na Etapa 3, que é da caracterização da área, cujo trabalho está sendo feito internamente com a SEDUH e as Administrações Regionais para fechar esse diagnóstico e em seguida abrir para uma discussão maior. A Presidente Diana, esclareceu que esse Processo está sendo feito em conjunto com o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, que a SEDUH tem realizado um trabalho muito satisfatório junto ao IPHAN que é parceiro nesse Processo. Estão reunindo esforços para que a proposta do IPHAN e a proposta do GDF em termos de PDL seja ajustada, seja uma única proposta. Finalizou dizendo ser importante dentro do contexto do PDOT e esse tema vai ser extremamente relevante. A Presidente Diana agradeceu a presença de todos. Não havendo mais informes a Presidente Substituta encerrou a reunião, da qual, eu, Maria Jacyra de Castro Moraes Barbosa, Secretária ad hoc, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. Brasília, 01 de abril de 2005. Presidente Substituta: Diana Meirelles da Motta. Conselheiros Presentes: Jarbas Silva Marques; Edmar Gontijo de Lima; Antônio Gomes Filho; Pedro Maurício Cabral Teixeira; Cassimiro Marques de Oliveira; Ana Maria Nogales; Tony Marcos Malheiros; Luís Antônio Almeida Reis; Narinalva Alves de Mendonça; Jurandi Pereira Marinho; Guaraci de Araújo Melo; Gil Claudio Roriz Gonçalves; Concita A. Cernicchiaro; Jorge Guilherme Francisconi; Geraldo Nogueira Batista; Newton de Castro; Vera Mussi Amorelli e Juvenal Batista Amaral.

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - CONPLAN,
REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2005.

Às dez horas e vinte minutos, do trigésimo dia do mês de maio do ano de dois mil e cinco, no Plenário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-DF, foi aberta pela Secretária de Estado da SEDUH, Dra. Diana Meirelles da Motta, substituindo neste ato, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, a 40ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da Pauta a seguir transcrita: 1) Ordem do dia: a) Abertura dos trabalhos e verificação do quorum; b) Posse de Conselheiros; c) Apreciação e assinatura das Atas da 39ª Reunião Ordinária, 8ª Reunião Extraordinária e Decisão n.º 03/2005. 2) Abertura dos Trabalhos: a) Processo n.º 111.001.310/2001, Interessado: TERRACAP. Assunto: Projeto Setor Habitacional Boa Vista – Trecho I e II. Relator: Conselheiro Newton de Castro; b) Processo n.º 003.006.809/1998. Interessado: Administração Regional da Candangolândia. Assunto: Elaboração de Projeto Urbanístico. Relator: Conselheira Vera Mussi Amorelli. 3) Assuntos Gerais; 4) Encerramento. Após a verificação do quorum a Presidente Substituta Diana cumprimentou a todos e em seguida deu posse aos Conselheiros Suplentes Adão Birajara Amador Farias, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; Maria de Fátima Ribeiro Có Soares, representante da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras – SO e José Eduardo Barreto Ávila, representante da Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais, dando as boas vindas aos Conselheiros empossados. Informou que a Conselheira Vera Amorelli recomendou duas alterações na Ata da 39ª Reunião Ordinária e que por isso as assinaturas serão colhidas após essas correções. Seguindo a pauta a Presidente Substituta Diana Meirelles informou que o Conselheiro Newton de Castro, que estaria responsável pelo Processo cujo interessado é a TERRACAP sobre o Projeto Habitacional Boa Vista – Trecho I e II, solicitou mais informações para fazer uma avaliação mais profunda do Processo, e por isso foi colocado em

diligência. O processo será devolvido à Secretaria para atender à solicitação do Relator, e caso haja tempo hábil, será apreciado na próxima reunião. O próximo item da Pauta referente ao Projeto Urbanístico Especial V, na Candangolândia também foi colocada em diligência pela Conselheira Relatora Dra. Vera Amorelli. Em Assuntos Gerais, a Presidente Substituta disse ter dois assuntos importantes para informar: O primeiro diz respeito à revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT que atinge diretamente o CONPLAN. Informou que grande parte das reuniões locais já foram realizadas, que foram as Audiências Públicas regionais e que naquele dia, às 19 h no Lago Norte, o Plano Diretor seria discutido no Lago Norte, para apreciação das diretrizes por parte daquela comunidade, buscando sugestões. As principais pendências, cujas reuniões devem ocorrer nos próximos dez dias, são Lago Sul, Lago Norte e a área do Plano Piloto e que de fato são as que suscitam maior discussão. Registrou que a SEDUH conseguiu, de forma satisfatória, reunir informações importantes da comunidade nas demais audiências regionais que foram realizadas. Disse que Secretaria reúne hoje inúmeras recomendações e propostas, tanto encaminhadas por Ofícios como encaminhadas por e-mail, como também aquelas que foram apresentadas nas reuniões. Sua previsão é que dentro de 15 dias as audiências regionais já devam ter sido realizadas e na próxima etapa serão marcadas as datas das duas Audiências Públicas. Informou que foram agendadas inicialmente, duas datas, uma no dia 25 de junho e a outra 9 de julho, que estão por ser confirmadas. Salientou que pela primeira vez está sendo utilizada essa metodologia para revisão do PDOT e que a Instituição que está apoiando a SEDUH nesse processo é do IBAM. No que respeita aos PDL's, noticiou que está sendo elaborado o Plano Diretor Local do Guará, que estava na Secretaria há algum tempo e que se trata de uma área muito importante por ter um papel na desconcentração de atividades da população. Comentou que há grandes áreas vazias na delimitação da poligonal do Guará. Esse Plano Diretor foi contratado pela Terracap em parceria com a SEDUH. A Dra. Giselle deu alguns esclarecimentos sobre o tema e informou que já houve uma reunião setorial e que na semana do dia 25 de maio foi realizado o I Seminário com a comunidade com uma ampla participação. Na ocasião foi apresentado o diagnóstico do trabalho e no dia 8 de junho haverá a 2ª reunião onde será apresentado o trabalho intitulado “Cenário de Desenvolvimento Urbano”. A Dra. Giselle convidou os Conselheiros presentes para essa reunião, no CAVE do Guará. A Dra. Diana passou novamente a palavra a Dra. Giselle Moll que fez alguns esclarecimentos sobre os ajustes realizados nos Planos Diretores Locais do Gama e de Planaltina, conforme decidido pelo CONPLAN, nas reuniões do dia 1º de abril e 8 de abril, respectivamente. Disse que estava ali o Arq. André, Gerente da Área de Planaltina, para relatar as alterações que foram feitas naquele Plano Diretor Local. No caso do PDL do Gama informou que foram efetuadas as alterações solicitadas, especialmente a Seção que diz respeito a Área de Proteção de Manancial, que teve nova redação, ajustando-se às exigências do Ministério Público e ao que o próprio Conselheiro Relator Jorge Francisconi havia sugerido. O Artigo referente ao Núcleo Rural Ponte Alta do Gama também foi retificado pois tem um problema sério de ocupação, sofreu um ajuste na redação, assim como outras pequenas alterações feitas a pedido do Conselheiro Relator. Justificou que alguns itens não puderam ser alterados porque são questões estruturais e de metodologia do Plano Diretor Local, sob pena de comprometer todo o trabalho realizado, que a comunidade está aguardando há muitos anos, evidenciando que já foi feita uma 3ª revisão e o projeto ainda não foi votado na Câmara Legislativa. Exemplificou com a questão da Tabela de Classificação de Atividades, definida como Tabela de Critérios de Incomodidade dentro do PDL, que é um instrumento aprovado por Decreto e utilizado em todo o Distrito Federal para todos os Planos Diretores e para todos os documentos que tratam de Uso do Solo no Distrito Federal. Explicou que os PDLs ainda estão atrelados a essa Tabela de Classificação de Atividades. Sobre os Equipamentos Públicos Urbanos e Comunitários que também foi solicitado que houvesse uma definição melhor, informou que o assunto foi definido com cada órgão responsável, com as Secretarias específicas de cada Equipamento, de educação, de saúde e de segurança por isso não pôde ser alterado. Referindo-se ao Sistema Viário e Ciclovias, argumentou que a duplicação da DF 290 foi reivindicação da própria comunidade, então optou-se por manter a redação original. E, com relação as Operações Urbanas Consorciadas, a dúvida do Relator foi suficientemente esclarecida, não sendo necessária alteração na redação original. No que se refere ao Setor Leste Industrial do Gama, que está sendo admitida a habitação coletiva sob determinadas condições, disse que foi acrescentado um artigo solicitando um Projeto Especial de Urbanismo para essa área, com a parceria dos incorporadores ou das empresas que queiram fazer essa alteração, exigindo que seja deixada a faixa de pedestres e até mesmo a criação de um sistema viário local entre conjuntos. Nos demais pontos, o Plano Diretor Local do Gama foi todo revisado, todo renumerado, houve a inclusão de alguns artigos e retirada de outros. Em seguida a Dra. Diana passou a palavra ao Dr. André para dar os esclarecimentos sobre o PDL de Planaltina. O Arquiteto deu início mencionando a questão levantada pelo CONPLAN sobre a necessidade de haver faixa de proteção no entorno da Estação Ecológica de Águas Emendadas. Informou que a SEDUH reuniu-se com técnicos da SEMARH e da COMPARQUES e ficou estabelecido a criação de uma zona de amortecimento da Estação Ecológica de Águas Emendadas numa faixa de 3 Km a partir do seu perímetro. Esclareceu que a terminologia “Zona de Amortecimento” é uma definição adotada pela área Federal, significando o entorno da unidade de conservação, com o objetivo de garantir a sua integridade onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, sendo estimulada a criação de áreas de recuperação e experimentação, visando a preservação dos